



SÃO LUCAS
CENTRO UNIVERSITÁRIO

CAROLINE BORGES FREITAS

**APLICAÇÃO DO ENSINO COLABORATIVO PARA FAVORECER A INCLUSÃO
DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Ji-Paraná
2019

Caroline Borges Freitas

**APLICAÇÃO DO ENSINO COLABORATIVO PARA FAVORECER A INCLUSÃO
DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Artigo apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Susana Maria Mana Araújo.

Ji-Paraná
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

F866a Freitas, Caroline Borges

Aplicação do ensino colaborativo para favorecer a inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física/ Caroline Borges Freitas – Ji-Paraná: Centro Universitário São Lucas, 2019.

36 p.

Orientadora: Prof^a Susana Maria Mana Araújo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Centro Universitário São Lucas – Ji-Paraná, 2019.

1. Educação Física – Práticas de ensino. 2. Educação inclusiva – Ensino colaborativo. I. Araújo, Susana Maria Mana. II. Título.

CDD 796.3

Catálogo na fonte – Bibliotecária Cleuza Diogo Antunes CRB 11/864

CAROLINE BORGES FREITAS

**APLICAÇÃO DO ENSINO COLABORATIVO PARA FAVORECER A INCLUSÃO
DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Artigo apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Susana Maria Mana Araújo.

Ji-Paraná, 26 de junho de 2019

Avaliação/Nota

BANCA EXAMINADORA

Resultado: _____

_____ Centro Educacional São Lucas
Titulação e Nome

_____ Centro Educacional São Lucas
Titulação e Nome

_____ Centro Educacional São Lucas
Titulação e nome

APLICAÇÃO DO ENSINO COLABORATIVO PARA FAVORECER A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA¹

Caroline Borges Freitas ²

RESUMO: Ao longo dos anos a Educação Brasileira passou por diversas mudanças, principalmente no que diz respeito à Educação Especial. Diante disso, práticas que visem à inclusão foram desenvolvidas e pesquisadas a fim de assegurar a todos alunos o acesso ao aprendizado e a participação efetiva desses no ensino regular. Assim, entende-se que o Ensino Colaborativo é uma dessas ferramentas, pois visa a colaboração entre os profissionais da área, profissionais da área e da gestão escolar e outros de instituições dispostas a colaborar. Esta pesquisa caracterizou-se como uma Pesquisa-Ação que foi realizada em uma Escola Estadual no município de Ji-Paraná, em Rondônia, no Ensino Fundamental II, nas aulas de Educação Física. Foi realizado o levantamento das turmas que tem pessoas com deficiência matriculadas e realizadas observações, troca de idéias entre os profissionais, aplicação de propostas realizadas em conjunto para solucionar os entraves que foram detectados. Os resultados obtidos indicam um ganho significativo na melhoria dos pontos frágeis observados no relacionamento entre os alunos e o nível de melhoria na aquisição de conhecimentos por parte dos alunos com deficiência detectados nas aplicações das atividades programadas de forma colaborativas com o professor regular nas turmas pesquisadas, concluindo que o Ensino Colaborativo é uma ferramenta eficaz para a inclusão de todos os alunos nas aulas. Pesquisa financiada pelo CNP-q mediante bolsa PIBIC.

Palavras-Chave: Educação Especial, Inclusão, Práticas Inclusivas;

APPLICATION OF COLLABORATIVE TEACHING IN THE PHYSICAL EDUCATION IN FUNDAMENTAL TEACHING¹

ABSTRACT: Over the years the Brazilian Education has gone through several changes, especially in regards to Special Education. In light of this, practices that aim at inclusiveness have been researched and developed to ensure students having access to learning and their effective participation on regular education. Therefore, it is acknowledged that Collaborative Teaching is one of those tools, since it targets the cooperation between regular teachers and the special education teachers and other professionals in the school management field and those from other institutions willing to help. This research characterized itself as an action-research done at a State School in the municipality of Ji-Paraná, in Rondonia, in middle school, in Physical Education classes. The classes in which people with disabilities have been enrolled were surveyed and observations and interchange of ideas were held between the professionals, applications of the proposals done as a group to deal with obstacles were detected. The obtained results indicate a significant increase on the fragile points observed in the relationship between the students as well the level of improvement in the knowledge acquirement by the disabled students detected on the applications of the programmed activities with regular teachers in the researched classes, concluding that Collaborative Teacher is an effective tool for including all the students in all classes. Research funded by CNP-q through in handbag PIBIC.

Keywords: Special Education, Inclusiveness, Inclusive Practices

1

¹ Artigo apresentado no curso graduação em Educação Física Licenciatura do Centro Universitário São Lucas 2019 como pré-requisitos para conclusão do curso, sob orientação da professora Dra. Susana Maria Mana Araújo. susana.araoz@saolucas.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Historicamente as leis brasileiras trataram do assunto como a Lei nº 4.024 de 1961 que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), estabelece em seu Art. 88 que:

A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. (BRASIL, 1961,

A segunda de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação Lei nº 5.692 de 1971 em seu Art. 9 trata que:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (BRASIL, 1971, s/p)

Pode-se observar que nas últimas décadas a educação brasileira passou por mudanças significativas, principalmente, a educação inclusiva, tais acarretaram modificações expressivas em diferentes aspectos desde políticos, culturais, sociais, pedagógicos como também em leis, cujo objetivo principal é a seguridade da Educação para todos, conforme o Art. 205 da Constituição Federal de 1988, que estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, s/p)

De igual modo se faz saber que na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013 seu artigo 4º e inciso III, tratam do,

[...] atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996 s/p)

Desse modo, a Educação é um direito de todos e dever do Estado, assim como a inclusão de Pessoas com Deficiências. Tais atribuições estão asseguradas

² Caroline Borges Freitas, graduando em Educação Física Licenciatura do Centro Universitário São Lucas, 2019. Email: caah_freitas@hotmail.com

por leis e decretos como o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção, e dando outras providências, em seu Art. 2º:

Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 1999 s/p)

Esse Decreto conduz a uma grande e importante repercussão na Educação, pois condiciona uma reinterpretação da Educação Especial, compreendendo o contexto da diferenciação adotada para promover e eliminar as barreiras que impedem o acesso à escolarização.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU (2006), da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que potencializem o desenvolvimento acadêmico e social de acordo com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que no Art. 24 são:

a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência. b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (ONU, 2006, s/p)

Em 5 de julho de 2007, é deferido pela Portaria Ministerial nº 555 o Plano de Política Nacional de Educação Especial, que tem como objetivo a garantia do acesso, da participação e da aprendizagem dos alunos com deficiências, transtornos globais e altas habilidades/superdotação em escolas de ensino regular. O PPNEE traz orientações para o sistema de ensino, o qual produzirá respostas às necessidades educacionais especiais, onde são garantidos:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais

profissional da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; Articulação inter setorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2007, s/p)

O Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 dispõe em seu art. 1º que o dever do Estado com a educação do público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com algumas diretrizes tratadas como:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II - aprendizado ao longo de toda a vida; III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência. (BRASIL, 2011, s/p)

Em julho de 2015 é criada a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, que em seu Art. 1º destina:

Assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015 s/p)

E acrescenta em seu Art. 2º que uma pessoa considerada com deficiência é aquela que:

[...] tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas [...] (BRASIL, 2015, s/p)

Essa mesma lei dispõe em seu Art. 28º parágrafo X que:

A adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado; (BRASIL, 2015, s/p)

Com isso, percebe-se que processo inclusivo avança a passos largos com mudanças pertinentes e significativas apoiadas em Leis e Decretos que buscam a efetividade da inclusão no sistema educacional brasileiro, bem como, tratam dos direitos e deveres fundamentais do Estado com as pessoas público-alvo da Educação Especial. Assim, podemos identificar que na Educação Física Escolar houve modificações expressivas em seu conceito inclusivo e esportivo.

A origem da Educação Física surgiu com o homem primitivo, onde esse precisava de práticas corporais para conseguir sua subsistência e seu espaço

territorial, mesmo tais práticas sendo inconsistentes, percebe-se historicamente, os primeiros registros de uso de força humana para desempenho de uma atividade.

Sabe-se que as mudanças corporais foram decorrentes das adaptações necessárias para a sobrevivência e até mesmo para o refinamento do homem. Era necessário que o homem praticasse corridas, nados, levantamento de peso, saltos, aprimorasse sua resistência, técnicas e habilidades. Contudo, nesse processo evolutivo, as pessoas que nasciam com alguma deficiência eram, em muitos casos, mortas, ou excluídas do convívio social que Medina (1983) apud Betti (2013, p.33), coloca como segue:

Mas, um fato é notável dentre esse cenário, as crianças que nasciam com alguma deficiência ou possuíam alguma “singularidade” não tinham uma perspectiva grande de futuro. Geralmente eram mortas logo que nasciam ou abandonadas à própria sorte quando maiores. Esse fato contribuiu significativamente para a exclusão de pessoas com deficiências das práticas esportivas, conforme a Educação Física foi avançando. Tal fato é apoiado pela base histórica da Educação Física, onde os manuais de ginásticas não abrangiam espaço para pessoas com limitações nem se preocupavam em incluí-las na sociedade. (BETTI, 2013, p.33)

A Educação Física no Brasil teve origem graças a uma grande miscigenação cultural, desde os índios que aqui já habitavam até os imigrantes que acrescentaram inúmeras fontes para que a atividade física fosse aprimorada de acordo com as necessidades de seu tempo. Mas a educação física como disciplina possui a sua origem por volta da metade do século XIX, sendo este o período do Brasil Império, onde existiam leis que incluíam a ginástica na grade de ensino dos estudantes. Contudo, somente na década de 1990 que a atividade física alcançou um status mais amplo na sociedade, até tornar-se a disciplina contemporânea.

Em 1996 foi promulgada a Lei nº 9.394 que em seu Art. 26 dispõe para a Educação Básica que de acordo com a redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno. (BRASIL, 2003, s/p)

Diante disso, a Educação Física avançou grandes passos com a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 que em seu Art. 28, parágrafo XV, dispõe sobre o

Acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar. (BRASIL, 2015, s/p)

Diante de tais fatos, o ensino colaborativo, torna-se uma ferramenta de grande valia para assegurar o desenvolvimento de formas inclusivas e colaborativas entre a escola e a comunidade, possibilitando, por sua vez, novas abordagens educacionais que sejam eficientes para atender as especificidades de cada grupo ou contexto escolar (ARNAIZ, 1999).

Os autores Wood (1998) e Frederico, Herrold e Venn (1999), são defensores dos modelos de colaboração entre a equipe pedagógica escolar e pais, que foram implementados para atender à diversidade. Esses modelos são reconhecidos como estratégias vantajosas e de grande sucesso. As equipes colaborativas são reconhecidas por sua capacidade de unir educadores talentosos, com habilidades únicas para promover uma experiência positiva e interdependente que visam a promoção de mútuo apoio e responsabilidade compartilhada, além das habilidades criativas para promoção de um sentimento positivo para a resolução desses problemas. Diante disso, na escola é possível encontrar dois modelos de trabalho colaborativo: “co-ensino” ou “ensino colaborativo” e a “consultoria colaborativa”

Bauwens, Hourcade e Friend (1989) foram os primeiros a documentar e descrever uma associação entre os professores do ensino escolar regular com o ensino especial, e assim nomearam como ensino colaborativo.

Cook e Friend (1995) os autores abreviaram o termo passando de “ensino colaborativo” para “co-ensino”, assim de forma progressiva as características da relação de colaboração foram ficando mais acentuadas, qualificando o termo “co-ensino” como: “dois ou mais profissionais dando instruções substantivas para um diverso ou misto grupo de alunos num único espaço físico” (COOK; FRIEND, 1995,p.2).

O Ensino Colaborativo avançou a passos largos nos últimos anos o que pode ser evidenciado na proposta de Lei do município de Santa Maria – RS, onde se pretende através dessa prática:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, público alvo da Educação Especial, o acesso à Educação Básica, ensino colaborativo e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com total garantia de atendimento aos serviços especializados e também qualificação dos professores para o atendimento destes alunos, em regime de colaboração entre as redes públicas e privadas, resguardado as responsabilidades, conforme legislação. (SANTA MARIA, 2015, p. 09).

Observa-se assim que ao longo dos anos a Educação sofreu grandes mudanças e avanços que contribuíram para a busca de novas metodologias inclusivas nas escolas brasileiras. A Educação Física Escolar tem por sua vez um papel importante no cenário inclusivo, visto que essas aulas além de ser fundamentais para o desenvolvimento infantil.

Esse trabalho teve como objetivo pesquisar e aplicar o ensino colaborativo na educação básica em uma escola estadual no ensino fundamental II, como também, desenvolver em conjunto com o professor observações e melhorias nas práticas inclusivas nas aulas de Educação Física.

2. MATERIAIS E MÉTODO

Este trabalho foi realizado como parte do projeto “Avaliação de processo de atuação colaborativa para definir e implementar práticas inclusivas na educação fundamental”, que a orientadora deste artigo coordena, aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná - CEULJI/ULBRA em 2018 com CAAE 79415317.6.0000.5297 COM Parecer de Aprovação nº.2.356.534 e foi desenvolvida com apoio de Bolsa PIBIC/CNPq.

Foi utilizado o método de pesquisa-ação que age na realidade observando, avaliando, decidindo, aplicando e reavaliando as ações de Ensino Colaborativo que é a atuação em conjunto de pessoas da instituição escolar com pessoas de outra instituição em colaboração.

Os procedimentos para esta parte da pesquisa incluíram:

- 1) Apresentação da estagiária pela coordenadora do projeto geral à Direção da Escola Estadual do município de Ji-Paraná onde foi realizada a pesquisa e contato com o Professor de Educação Física para a escolha das turmas;
- 2) O critério de inclusão e exclusão das turmas foi definido pela necessidade de intervenção nelas a causa das dificuldades apresentadas na condução das mesmas.
- 3) Os riscos da pesquisa foram considerados mínimos podendo causar alguma rejeição pelo que se planejou atenção imediata. Os benefícios foram a melhoria das relações com aumento da inclusão dos alunos com deficiência.
- 4) Designação de códigos para as turmas, e para os alunos com deficiência, a fim de preservar o sigilo;
- 5) Assinatura dos Termos de Consentimento pelo professor e os pais ou responsáveis e de Assentimento pelos alunos quando com mais de 12 anos e nível de entendimento suficiente para entender a proposta da pesquisa;
- 6) Entrevista semi-estrutura com o professor para conhecer como as atividades aconteciam e para realizar troca de idéias sobre como solucionar os entraves existentes;
- 7) Observação das atividades das turmas escolhidas e definição conjunta com o professor sobre a proposta a ser executada trazendo aportes ainda não explorados para melhorar o comportamento inclusivo da turma e o ganho de confiança dos alunos com deficiência que pertencem as mesmas;
- 8) Execução das propostas escolhidas de forma colaborativa;
- 9) Os dados foram organizados em quadros contendo as características dos participantes, a descrição das atividades de co-ensino e as observações e aplicações de atividades comparando o início com o fim da intervenção.
- 10) Discussão dos resultados com o referencial teórico e escrita do artigo.

3. RESULTADOS

O total de alunos com suas idades e a quantidade de alunos com deficiência que freqüentam as turmas escolhidas seguem designadas por código no Quadro 1.

Quadro 1 – Turmas com alunos com deficiência, designadas por Código

Turma	Número de alunos da turma	Idade	Número de aluno com deficiência
Turma A	33 alunos	11 a 12 anos	4 alunos
Turma B	28 alunos	13 a 14 anos	2 alunos
Turma C	28 alunos	13 a 14 anos	2 alunos
Turma D	35 alunos	14 a 15 anos	2 alunos
Turma E	29 alunos	16 a 18 anos	1 aluno

A descrição do tipo de deficiência dos alunos que farão parte do estudo está descritos no Quadro 2.

Quadro 2: Número de alunos por tipos de deficiência e código.

Tipo de Deficiência	Quantidade	Códigos
Deficiência Intelectual	4 alunos	DI 1, DI 2, DI 3, DI 4
Deficiência Intelectual, mas sem laudo.	1 aluno	DI 5
Deficiência Intelectual modo leve e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade	1 aluno	DI 6
Transtorno do Espectro Autista	1 aluno	TEA 1
Transtorno do Espectro Autista.	1 aluno	TEA 2
Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade	1 aluno	TDAH 1

Antes de ser realizada a observação, foram elaboradas questões norteadoras para entender a concepção do professor para assim delimitar e facilitar a

compreensão dos resultados encontrados nesta pesquisa. As questões fazem referência ao conhecimento e compreensão das práticas colaborativas e das atitudes inclusivas nas aulas de Educação Física sob a perspectiva de o professor titular, que vão dispostas conforme o Quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Roteiro de entrevista com o Professor.

Assuntos	Respostas
1- Quais são as dificuldades encontradas pelo professor nas aulas de Educação Física?	Há alguns anos atrás, quando o governo começou a 'implementar' a inclusão na escola para atender as exigências dos documentos legais, esqueceu de um detalhe que talvez fosse o mais importante: capacitar e preparar os professores para que atuassem com competência com os alunos. Porém isso não aconteceu de forma adequada. Por isso, penso que as maiores dificuldades encontradas pelos professores de um modo geral, ainda são as relacionadas a essa falta de preparo e de conhecimento para lidar com a inclusão.
2- Como o professor planeja suas aulas, a fim de que todos participem e a aula tenha caráter inclusivo ?	O planejamento não difere em nada de um planejamento normal. O que acontece é que os alunos todos são incentivados, e as vezes ajudados, a participar das atividades durante as aulas, cada um dentro das suas possibilidades.
3- Diante da realidade da falta de materiais, como o professor adequa suas aulas para o bom aproveitamento de todos?	Geralmente não tenho problemas com falta de material pedagógico para a realização das atividades.
4- Na concepção do professor, qual a maior dificuldade encontrada pelos alunos com deficiência no desempenho de suas atividades ?	O medo de errar ou de não conseguir fazer como os outros alunos que não tem deficiência.
5- Segundo o professor, o que ainda é possível melhorar nas práticas colaborativas para um bom	Um dos aspectos é justamente o preparo/capacitação dos professores. Ou aspecto é melhorar o entendimento

aproveitamento de todos nas aulas de Educação Física ?	por parte dos alunos que não tem deficiência, que eles precisam sempre estar dispostos a cooperar/ajudar/colaborar com os alunos que tem deficiência em qualquer situação, quer seja durante as aulas, no pátio da escola e até mesmo no dia a dia.
6- Quais são os recursos utilizados pelo professor para garantir uma aula inclusiva e participativa ?	Mudanças e adaptações de regras, de espaço e de materiais; Solicitação para que algum outro aluno se aproxime mais de quem está necessitando; Conversas de incentivo; Auxílio mais direto; entre outros.
7- Há inovação nos conteúdos e práticas que visem estimular a participação dos alunos nas aulas?	Sim.
8- Na concepção do professor, como é possível criar aulas de cunho inclusivo?	Como já citado acima, 'mexendo' em alguns aspectos didáticos-pedagógicos, tais como mudanças e adaptações de regras, de espaço e de materiais. Além disso, é necessário orientar e incentivar os alunos no sentido de que todos devem participar das aulas, independente das suas condições.

Seguindo a metodologia estabelecida foi realizada observação das atividades das turmas.

3.1 Observação

Foi observado que em todas as turmas os alunos tinham dificuldades de se relacionarem com os alunos com deficiência, mesmo o professor aplicando atividades inclusivas, diferenciadas e que buscassem promover a cooperação. As turmas também apresentavam um comportamento mais agitado durante as explicações do professor e alguns alunos sempre permaneciam sentados, ou ao longo das atividades, sentavam-se não querendo retornar mais. Contudo, cabe

ressaltar, que o público da pesquisa, no geral, apresentou um comportamento participativo e demonstrou interesse nas atividades realizadas.

Para realizar a observação foram aplicadas três atividades seguindo o planejamento já efetuado e com os materiais fornecidos pela escola, como constam no Quadro 4.

Quadro 4: Observação das atividades

Atividade 1- Percepção Visual	Atividade 2- Círculo de Bambolê	Atividade 3 – Rouba Bandeira
Objetivo: Trabalhar a percepção visual e auditiva	Objetivo: Trabalhar a cooperação, lateralidade, equilíbrio e coordenação motora.	Objetivo: Trabalhar a colaboração e cooperação, raciocínio lógico e os laços sociais.
Descrição: Os alunos são dispostos em círculo, ficando dois no meio do mesmo, um ficará com os olhos vendados e o outro com um objeto que produza som. O aluno vendado deverá alcançar o aluno com o objeto, guiando-se apenas com o som.	Descrição: Os alunos foram dispostos em círculo, todos de mãos dadas, foram colocados arcos, que sem soltar as mãos, deveriam ser passados pelo corpo, por todo o círculo. A medida que o arco passava pelo círculo, foram sendo acrescentados mais, sob a regra de que nenhum arco deveria tocar no outro.	Descrição: Os alunos foram divididos em duas equipes, a quadra adaptada para um espaço menor, e em cada campo foi disposta uma bola que representou a bandeira. O objetivo é que cada equipe trouxesse a bandeira para o seu campo, sem ser pego, caso fossem, esse ficaria imóvel, até o colega do seu time o salvar.
Materiais: venda e pandeiro	Materiais: 6 arcos	Materiais: 2 bolas

Tendo estes dados como norte, serão descritas a seguir as características individuais de cada turma e o relato de observação das atividades aplicadas.

3.1.1 Turma A

Nesta turma foi observado que os alunos não participavam integralmente das atividades. Os alunos apresentavam um comportamento mais agitado, demonstrando mais dificuldades de concentração e de seguir comandos. Sendo esta

composta de quatro alunos com deficiência, e todos deficientes intelectuais. Um fato foi apontado pelo professor de Educação Física durante a observação que diz respeito diretamente a falta de comunicação da equipe gestora com os professores, tal diz respeito à falta de informação sobre dois alunos da turma ser pessoas com deficiência intelectual (DI 1 e DI 5). Durante as aulas os alunos citados apresentavam um comportamento mais agitado, não realizando as atividades propostas e tendo um rendimento inferior aos demais. Por não saber que os dois alunos possuíam Deficiência Intelectual, o professor os levou para a direção escolar, e só então a informação de que os alunos teriam deficiência intelectual foi repassado ao professor.

Cabe ressaltar que o fato aconteceu após quase três meses do início do ano letivo, e não houve um feedback positivo após essa conversa. Os dois alunos DI 1 e DI 5 ficaram suspensos alguns dias das aulas de Educação Física, o que de certa forma, dificultou o relacionamento com o professor. Pensando nesse episódio e na importância desses alunos estarem participando e sendo incluídos nas aulas de Educação Física, foram elaboradas atividades em conjunto com o professor, de caráter cooperativo. As atividades se deram da seguinte forma:

No início da aula o professor regular pediu para os alunos com deficiência o ajudarem a buscar os materiais que seriam utilizados, enquanto a estagiária realizou, com os demais alunos da turma, uma troca de informações sobre o que eles entendiam sobre deficiência, exclusão e inclusão, grande parte dos alunos associou a deficiência a algo negativo, a pessoas com muitas dificuldades, e conforme as respostas dos alunos possibilitando a construção de uma imagem mais clara sobre o que seria deficiência e o papel da inclusão em todas as etapas do ensino e também fora do ambiente escolar. Também foram valorizados, nessa conversa, pontos importantes como colaboração entre os colegas e cooperativismo nas atividades que seriam apresentadas logo em seguida.

Atividade 1-. Foi em círculo, onde todos precisaram dar as mãos formando um grande círculo, e dois alunos ficaram no meio do círculo, um com uma venda nos olhos e o outro com um objeto com som (pandeiro), o objetivo era que o aluno vendado conseguisse “pegar” o aluno com o objeto, apenas ouvindo o som. À

medida que foram sendo pegos, trocavam-se os dois que estavam no meio do círculo. Todos os alunos, exceto o aluno DI 5, o qual já havia ido para a Direção, participaram. O aluno DI 5, quando convidado para realizar a atividade usando a venda ou o objeto com som, se recusou e optou por ficar sentado.

Atividade 2- Também foi escolhida por seu caráter cooperativo e colaborativo, onde todos dependiam um do outro para conseguir realizar. Deu-se da seguinte forma: os alunos foram novamente dispostos em círculo, onde todos deram às mãos, não podendo soltar, inicialmente foram colocados um arco entre os braços de dois alunos e esses deveriam passar por dentro do mesmo, e assim subsequente todos os demais alunos, durante a atividade foram sendo acrescentados mais arcos. Observou-se que os alunos se empenharam, em especial os alunos com código D.I, e um ajudou o outro a conseguir o objetivo proposto. O aluno DI 5 não quis realizar a atividade, preferiu ficar sentado novamente.

Atividade 3- Também caracterizada como cooperativa e colaborativa, foi a “rouba bandeira”, os alunos foram divididos em duas equipes, as medidas da quadra foram adaptadas e cada lado ficou com uma “bandeira”, ao sinal do professor, os alunos poderiam se descolar para o campo adversário em busca da “bandeira”, à medida que alguém os tocasse fora do seu campo, estes ficavam imóveis, esperando o colega do seu time o salvar. Vencia a brincadeira a equipe que trouxesse a bandeira primeiro. Por ser uma atividade popular e já conhecida, houve um grande aproveitamento da turma, e o aluno DI 5 de livre e espontânea vontade quis participar com os demais colegas da turma. Dessa forma, observou-se que todos os demais alunos com código DI (DI 1, DI 2 e DI 3) tiveram um bom aproveitamento das atividades aplicadas, não demonstrando dificuldades ou limitações para realizar o proposto. Todos os alunos da turma apresentaram uma conduta cooperativa e colaborativa nas atividades propostas

3.1.2 Turma B

Durante as observações, essa turma foi uma das que mais apresentou dificuldades em termos de relacionamentos. Logo que se deu início nas práticas de observação, o professor de Educação Física apontou que o aluno TEA 1 estaria

participando pela segunda vez das aulas, sendo que já estava no terceiro mês de aula, o fato chamou atenção, pois a análise comportamental da turma acentuava problemas de comunicação entre os colegas, de atenção aos comandos do professor e às regras das atividades aplicadas.

Observou-se que durante uma atividade simples de iniciação ao tênis, os alunos formaram grupos, sendo a aluna DI 6 facilmente incluída, mas o aluno TEA 1 não foi aceito da mesma forma, logo que os grupos foram divididos, o aluno já ficou um pouco constrangido, e os colegas começaram com brincadeiras pejorativas como “saca direito”, “você não consegue receber a bola”, “você não sabe jogar”, essa conduta foi apresentada por alguns alunos enquanto o professor não estava perto, ou seja, não poderia ouvir o que estava sendo dito ao aluno com Autismo.

Uma ressalva se faz necessária, mesmo com os problemas apresentados por um pequeno grupo de alunos em relação ao aluno com deficiência, os demais demonstraram uma participação efetiva nas atividades realizadas, mas como mencionado, o aluno não se sentia confortável com os colegas. Pensando na situação dessa turma, e no fato do aluno TEA 1 ter participado apenas de duas aulas, em conjunto com o professor, foi planejada a intervenção de conscientização com a turma e elaboradas atividades de caráter cooperativo e colaborativo, conforme apresentado no Quadro nº 4. Assim como na Turma A, a aula iniciou-se com o questionamento sobre o que era deficiência, exclusão e inclusão, e como deveria acontecer na escola e fora da escola.

Alguns alunos demonstraram não conhecer muito sobre deficiências, mas compreendiam sobre a importância de incluir sem segregar ou menosprezar os colegas que como mencionado por uma aluna “possuem necessidades diferentes”. Um fato que chamou atenção foi que, por essa aula acontecer no último horário, o aluno TEA 1 foi embora, não participando assim da Educação Física. Um questionamento foi apontado pelo professor no que diz respeito ao aluno ter ido embora voluntariamente, sendo que ainda tinha uma aula para ser cumprida.

Acredita-se que devido às barreiras já encontradas, o aluno por sua vez, criou uma grande resistência às práticas esportivas, que segundo a percepção do professor, se acentuam quando o mesmo é confrontado por não estar fazendo certo

ou não estar fazendo conforme os demais colegas. Dessa forma, as atividades foram realizadas e a turma foi muito participativa, queriam realizar as atividades propostas e se empenharam. A aluna DI 6 participou de forma significativa e não houve dificuldades ou limitações nas atividades que foram aplicadas. Percebe-se que a grande dificuldade encontrada está no fato de incluir o aluno TEA 1, de chamar a atenção dele para participar da aula, visto que esse já criou certa resistência.

3.1.3 Turma C

Nos primeiros contatos de observação, o aluno com autismo não estava presente, o mesmo que possui uma cuidadora, ainda não havia participado das aulas de Educação Física, mesmo já estando no terceiro mês letivo. A turma como um todo, demonstrou interesse nas atividades propostas pelo professor, havendo uma ampla participação e amplo envolvimento. Durante as conversas com o professor titular, a grande preocupação estava no fato do aluno TEA 2 não participar ou se quer ir para a quadra no período das aulas de Educação Física.

As atividades propostas em conjunto com o professor, também foram eficazes nessa turma, visto que o caráter cooperativo e colaborativo possibilitou pela primeira vez a participação do aluno TEA 2 na prática da aula. Assim como nas outras turmas, primeiramente foi levantado um questionamento sobre o que seria deficiência, exclusão e inclusão. Observa-se que nessa turma as respostas foram mais consistentes e eles tinham uma noção mais ampla e profunda sobre o que era deficiência e sobre a necessidade de inclusão de todos nas aulas de Educação Física, nas demais aulas e também na sociedade. Logo na primeira atividade o aluno TEA 2 demonstrou interesse e quis realizar a atividade, uma vez utilizando a venda e em outra segurando o objeto com som. Foi notável a experiência positiva dessa atividade para o aluno que o deixou mais desinibido e possibilitou uma vivência singular, descrita por ele como: “uma brincadeira muito diferente e legal”.

Na segunda atividade o aluno já estava mais confiante e realizou os movimentos corporais propostos com mais facilidade e com a ajuda dos colegas de turma. A relação de colaboração expressa na atividade 2 fez com que todos da turma entendessem a importância de trabalharem em equipe para alcançar o fim

desejado. Na atividade 3 “rouba bandeira”, ao aluno TEA 2 demonstrou interesse, contudo ao longo da atividade demonstrou desmotivação e não quis mais realizar o proposto.

Por fim, ele já se encontrava disperso, correndo pela quadra aleatoriamente. Ressalta-se que pelo fato do aluno observar coisas diferentes nos colegas de sala, alguns demonstravam impaciência quando este questionava algo relacionado ao vestuário, cabelo ou até mesmo aparelhos ortodônticos, que chamavam muito sua atenção. Contudo, ao final da atividade, foi feito um feedback e pontos como esse foram abordados para facilitar uma melhor comunicação entre os alunos com o aluno TEA 2, o que teve um impacto positivo, conforme observação.

3.1.4 Turma D

Ao longo das observações essa turma apresentou um comportamento mais tranquilo, organizados, facilitando a explicação do professor sobre as práticas que seriam realizadas. Os alunos demonstravam interesse e participavam de forma eficaz. Nesta turma existem dois alunos com deficiência, contudo apenas um participa das aulas de Educação Física, enquanto a outra aluna não vai nem para a quadra.

O relato do professor é que a mesma criou certa resistência e não aceita ir de forma alguma para as aulas de Educação Física, e tampouco é motivada a ir por sua cuidadora, o que dificulta ainda mais o processo de inclusão dessa aluna nas aulas. Em contrapartida o aluno TDAH 1 e mostrou participativo e atento aos comandos do professor.

Nos relatos de observação o professor de Educação Física apresentou algumas dificuldades encontradas pelo aluno TDAH 1 como equilíbrio, noção espacial e coordenação. Não foi observado nenhum tipo de resistência da turma com o aluno. Assim, em parceria com o professor, foi possível delimitar algumas atividades para trabalhar com a turma. A atividade 1 foi bem aceita e o aluno TDAH 1 participou de forma efetiva e proveitosa, foi possível avaliar uma grande satisfação na realização da atividade, bem como o empenho em realizá-la.

O aluno escolheu ficar com o objeto com som ao invés da venda, e não quis posteriormente utilizá-la, mas participou até o final da atividade. Na atividade 2 dos arcos, o aluno TDAH 1 participou de quase toda a atividade e superou suas dificuldades de lateralidade e espaço corporal, trabalhando também seu equilíbrio e sua coordenação motora, pontos levantados pelo professor como difíceis para o mesmo. Na atividade 3 “rouba bandeira”, também foi observada a participação de todos os alunos, em especial a do aluno TDAH 1, que a realizou do início ao fim junto com os seus colegas de turma.

3.1.5 Turma E

Durante as observações foi a que mais chamou a atenção, primeiramente por seu comportamento bem agitado e dificuldade de concentração, bem como, pela dificuldade de relacionamento da turma com o aluno DI 4. No decorrer das observações e durante uma atividade proposta pelo professor onde os alunos deveriam formar duplas, o aluno DI 4 foi o único que ficou sem dupla, e comentários como: “faz dupla comigo, porque eu não quero ficar com ele”, “eu não quero ser dupla dele”, “ele é chato e não sabe jogar”, “ele não consegue fazer a atividade”, foram recorrentes, ficando o aluno DI 4 sem dupla durante a atividade, contudo, mesmo no período de observação a pesquisadora pediu ao professor para realizar as atividades com o aluno, o qual concordou.

Durante a realização das atividades, uma conversa informal com intuito de conhecer melhor o aluno foi firmada, e pôde-se ter uma noção melhor de como ele se sentia naquela turma. Segundo o relato do professor, o aluno sempre demonstrou interesse em participar e sempre se propôs a fazer o que estava sendo solicitado, contudo, alguns alunos da turma dificultavam o relacionamento do aluno com os demais e limitavam de certa forma sua participação.

A proposta de atividades colaborativas e cooperativas também foi aplicada nesta turma, contudo a atividade 3 foi modificada devido aos pontos apresentados pelo professor que dificultavam a participação da turma, sendo eles: não gostarem de ficar suados, não gostarem de ficar correndo e reclamarem das atividades que eram aplicadas. Sendo assim, a atividade 3 passou de “rouba bandeira” para o

“futebol caranguejo”, onde os alunos foram divididos em dois times, a quadra foi adaptada, diminuindo o campo de futebol. Todos deveriam permanecer sentados e só poderiam se locomover utilizando as mãos. A bola utilizada foi maior, e só poderia ser tocado com os pés, não devendo o aluno permanecer em pé. Conforme nas outras turmas, inicialmente foram feitas perguntas e indagações sobre deficiências, inclusão e exclusão e seu contexto dentro e fora do ambiente escolar.

Observou-se que as respostas desta turma foram diferentes das demais, eles por sua vez, desconheciam sobre muitas deficiências e alguns alunos apresentaram um discurso voltado a exclusão, o que contribuiu para as situações que já vinham acontecendo com o aluno DI 4. Após o alinhamento dessas ideias, foi realizada a primeira atividade, onde houve empenho e ampla participação da turma. O aluno DI 4 participou escolhendo o objeto com som e não quis utilizar a venda posteriormente, mas realizou toda atividade, assim como os demais colegas da turma.

Na atividade 2 dos arcos, observou-se uma certa resistência na hora da formação do círculo, os alunos sentiam dificuldades em darem as mãos e permanecerem com elas unidas para realizar a atividade, mas conforme as orientações foram sendo passadas, pode-se perceber o avanço nesse aspecto, finalizando a atividade com todos mais sociáveis e cooperativos uns com os outros. Na atividade 3 que fora pensada diferente das demais, foi justamente para quebrar alguns tabus e proporcionar uma vivência diferente aos alunos. Eles por sua vez participaram de forma significativa, mesmo reclamando que ficaram com as roupas sujas, demonstraram uma conduta colaborativa e atingiram o objetivo proposto pela brincadeira.

Ao final de todas as atividades com todas as turmas, foi feito um feedback da aula, com as percepções pessoais dos alunos sobre as atividades e como, na prática, foi evidenciado o assunto abordado: deficiências, inclusão e exclusão. Todos responderam de forma positiva, e demonstraram ter aprendido a importância de incluir os colegas, serem cooperativos nas atividades e agirem de forma a colaborar com o desenvolvimento dos colegas.

3.2. Segunda Aplicação Prática

A segunda aplicação prática deste trabalho objetivou dar continuidade ao que foi observado nas aulas de Educação Física e, de acordo, com o proposto na primeira aplicação, promover atividades de caráter cooperativo e colaborativo. Desta forma, em conjunto com o professor, julgou-se pertinente explorar as práticas do esporte “lutas” na escola para as turmas A, D e E, que passamos a denominar Atividade 1.

A descrição dos objetivos da Atividade 1 está exposta no Quadro 5 a seguir:

Quadro 5: Descrição da Atividade 1 para as Turmas A, D e E.

Atividade	Objetivo	Descrição
Estação das Lutas	Promover a interação social, através dos princípios fundamentais da luta e desenvolver atividades que estimulem a cooperação e colaboração entre os alunos, desmitificando o conceito popular que as associam à violência.	A quadra foi dividida em quatro (04) estações. 1 - Judô e Jiu Jitsu. 2 - Muay Thai. 3 - Boxe e 4 - Capoeira. Os alunos em quatro grupos ao sinal do professor, trocaram de estação, devendo estes passar por todas as estações.

Na quadra foram montadas quatro áreas de treinamento, sendo divididas da seguinte forma: judô e jiu-jitsu na primeira área com uma professora colaboradora especialista em Jiu Jitsu. Muay Thai na segunda área com uma professora colaboradora especialista em lutas. Boxe na terceira área com os acadêmicos do curso de Educação Física do Centro Educacional São Lucas que estavam cursando o estágio obrigatório. Capoeira na quarta área com um professor colaborador especialista que foi convidado para estar presente nessa atividade.

Cada colaborador ficou responsável por ensinar golpes e técnicas específicas que podem ser entendidas conforme o Quadro 5 abaixo.

Quadro 6: Descrição dos fundamentos a serem praticados

Luta	Fundamento Ensinado
Jiu Jitsu	Fuga de quadril, guarda fechada, chave de perna: triângulo.
Judô	Entrada de quedas, Double leg (queda investida nas duas pernas).
Muay Thai	Gancho, cruzado, joelhada lateral, joelhada frontal, clinch.
Boxe	Cruzado, Gancho, Jab e Direto.
Capoeira	Treino de ginga, golpes de linhas, golpes de mão, bases com movimentos de equilíbrio e agilidade.

Inicialmente os alunos foram dispostos em círculo e questionamento sobre seus conhecimentos das temáticas lutas foram realizados, bem como explicações do que seriam as lutas e como elas aconteceriam no contexto escolar, salientando sua relevância e sua real finalidade, desmistificando a polêmica na escola impulsionam a violência. Cada aluno permaneceu nas suas estações até o comando (sinal) do professor que indicava a troca de estações.

No Quadro 7 a seguir estão descritas as lutas propostas e os materiais utilizados.

Quadro 7: Descrição das Lutas e materiais utilizados

Lutas Aplicadas	Descrição das Lutas	Materiais Utilizados
Jiu Jitsu	Essa luta ocidental consiste em técnicas de golpes, torções, alavancas e pressão que objetivam imobilizar e finalizar o oponente no chão.	Kimonos de Jiu Jitsu
Judô	É uma luta de imobilização que busca fortalecer o físico e a mente, além de combinar	Kimonos

	golpes e técnicas de defesa pessoal. A luta se dá na sua grande parte em pé, onde um oponente tenta derrubar e imobilizar o outro.	
Muay Thai	O Muay Thai é uma luta em pé que utiliza os punhos, cotovelos, joelhos e pernas e pés para finalizar o oponente.	Aparadores de chute e raquete para soco
Boxe	O boxe é uma luta de combate que consiste em lutadores que usam apenas seus punhos em técnicas de ataque e defesa.	Saco de boxe
Capoeira	A capoeira é uma forma de expressão social e cultural que envolve as artes marciais e a dança.	Berimbau

Relato de participação das turmas A, D e E.

Turma A

Os alunos formaram inicialmente um grande círculo e alguns apontamentos sobre a temática de lutas foram feitos. Valorizou-se que as lutas não são instrumentos geradores de violência, mas sim esportes que valorizam a cooperação e colaboração dos seus competidores. Foram levantados alguns pontos como a vivência pessoal dos alunos em relação às lutas e o conhecimento que detinham sobre o assunto. Após, estes foram orientados sobre como aconteceria a atividade e assim divididos nas quatro estações do circuito montado.

No desenvolver das atividades, a turma apresentou uma resposta positiva à atividade. Nesta turma, existem quatro alunos com D.I (DI 1, DI 2 e DI 3 e DI 5) e todos participaram de forma satisfatória, quebrando suas barreiras pessoais e

interagindo com os professores, com a atividade e com os colegas de classe. Atenta-se para o fato do aluno DI 5 que na outra atividade não havia participado integralmente, reagiu diferente nesta, onde este participou e interagiu com os colegas e professor.

Acrescenta-se que houve uma mudança perceptível nessa turma em suas relações pessoais, nesta atividade, os alunos demonstraram mais paciência com os colegas, ficaram mais atentos aos comandos e conseguiram exercer a cooperação. Observa-se que as relações entre os alunos e dos alunos com os professores ficou mais fácil e todos conseguiram aproveitar bem os ensinamentos oportunizados.

Os alunos DI 1, DI 2, DI 3, DI 5 e demais alunos da turma, demonstraram compreensão sobre a importância da colaboração e cooperação entre eles, bem como, mostraram satisfação na realização dessa atividade.

Turma D

Para a realização dessa atividade, os alunos foram dispostos em círculo onde inicialmente foi apresentado o contexto sobre lutas e questionados os conhecimentos que possuíam acerca da temática. Após a explanação de como sucederia a atividade, estes foram para suas respectivas estações. Ao sinal do professor, todos deveriam trocar de estação até que completassem o circuito passando por todas.

A turma toda foi muito participativa e demonstrou interesse e curiosidade nas lutas apresentadas. Alguns alunos inicialmente ficaram mais tímidos, contudo, a medida que os demais colegas de classe participavam, impulsionavam os demais a participarem também.

O aluno TDAH 1 não apresentou dificuldades para realizar as atividades proposta sendo este muito participativo e entusiasmado com as práticas aplicadas. Observou-se sua facilidade de relacionamento com os colegas e seu empenho para conseguir executar os golpes e táticas ensinadas.

A atividade para essa turma funcionou de forma muito eficaz e proporcionou uma gama de conhecimentos e descobertas aos alunos, principalmente no que diz respeito às suas limitações e às suas potencialidades. Cabe a ressalva de que, algumas meninas, ficaram surpresas ao descobrirem sua força quando a técnica era bem executada.

Como apontado, muitas curiosidades acerca das lutas e de seus fundamentos foram levantadas e com a ajuda dos professores convidados e estagiários, foi possível explicar e proporcionar a prática de esportes pouco convencionais nas escolas.

Turma E

Como nas outras turmas, inicialmente os alunos, citados no Quadro 1, formaram um grande círculo e as indagações acerca dos conhecimentos e experiências com a temática “lutas” foram levantadas. Após a introdução sobre as lutas no contexto escolar e explicação da atividade que seria realizada, os alunos foram para suas respectivas estações. Ao sinal do professor, após cerca de 10 minutos, os alunos trocaram de estação, fazendo o rodízio até participarem de todas.

Essa turma durante as observações foi uma das mais desafiadoras no que diz respeito ao relacionamento dos colegas uns com os outros, principalmente na inclusão do aluno com deficiência intelectual que está nessa classe. Contudo, durante a realização dessa atividade, esses preconceitos e dificuldades foram deixados de lado e todos focaram na cooperação, pois como trabalhado na aula, para se ter uma luta, é preciso ter um oponente, e esse conceito foi muito bem compreendido por estes alunos.

A turma realizou a atividade com êxito, com empenho e todos participaram de forma significativa. Um ponto a mencionar diz respeito ao aluno DI 4, este no começo das observações ficava sem par nas aulas e até mesmo desmotivado em algumas atividades, mas durante a aplicação dessa atividade de lutas, pôde-se

perceber que os outros alunos o ajudavam e queriam colaborar para que ele aprendesse e desenvolvesse as técnicas e golpes ensinados.

Sendo assim, entende-se que as práticas colaborativas foram eficazes para essa turma que além de melhorar o comportamento, melhorou sua participação e suas relações pessoais, respeitando as diferenças dos colegas e valorizando o trabalho em equipe, sempre com o princípio de que não era o “mais forte”, mas o “com mais técnica” de corpo e mente.

Descrição das atividades realizadas com as turmas B e C

Diante das observações realizadas nas aulas de Educação Física e com a ajuda do professor, optou-se por uma atividade diferente para as turmas B e C, visto que em ambas os problemas de relacionamento foram mais frequentes, como também a dificuldade de participação dos alunos TEA 1 e TEA 2.

As atividades desenvolvidas com as Turmas B e C vão descritas no Quadro 8 a seguir:

Quadro 8: Atividades realizadas com as turmas B e C.

Atividade 1	Atividade 2
Jogos cooperativos: junção das cores Os alunos, divididos em grupos, receberão um pedaço de tecido com uma cor específica, cada grupo terá uma cor. Ao sinal do professor, todos devem correr e se espalhar pela quadra. Quando ouvirem o sinal novamente todos que possuem a mesma cor deverão estar juntos. O intuito é que todos fiquem juntos. Havendo algum aluno que ficou disperso, o grupo todo da sua cor, irá buscá-lo para dar continuidade a atividade.	Jogos cooperativos: controle do balão em grupos com mãos dadas. Os alunos foram divididos em grupos de 4 ou 5 pessoas, onde cada grupo recebeu um balão. Ao sinal do professor, o balão deveria ser jogado pra cima e todos de mãos dadas deveriam manter o balão no alto sem soltar o colega. Essa atividade objetivou que os integrantes dos grupos permanecessem juntos e desenvolvessem técnicas e táticas para manter o balão no alto, além de trabalhar as relações interpessoais da turma.

Turma B

Nesta turma, alguns pontos fundamentais foram observados como: o aluno TEA 1 que não participava das aulas de Educação Física de forma regular e a dificuldade da turma em manter um relacionamento positivo com ele. Diante desse contexto as aplicações de atividades de caráter cooperativo e colaborativo fizeram-se necessárias.

Na primeira aplicação prática (quadro 4) atividades cooperativas foram inseridas objetivando que os alunos desenvolvessem entre si noções sobre cooperação e colaboração e assim melhorassem as relações interpessoais. Contudo, nesta primeira aplicação o aluno TEA 1 não estava presente, pois havia “fugido” da escola, enquanto a aluna DI 6 não apresentou dificuldades para a realização da atividade, nem dificuldades relacionais com a turma.

Na segunda aplicação prática, foram escolhidas juntamente com o professor duas atividades diferentes das turmas A, D e E, devido à dificuldade do mesmo em trabalhar com a turma, e ao fato do aluno TEA 1 não participar da grande parte das aulas de Educação Física. Sendo assim, foram elaboradas atividades simplificadas e que condicionassem os alunos a trabalharem em grupos, colaborando uns para com os outros pelo mesmo objetivo.

Nesta aula o aluno TEA 1 estava presente e realizou as atividades propostas, demonstrando um comportamento diferente do observado nas aulas do professor regular, onde este aparentava insegurança e desmotivação, além dos problemas que enfrentava quanto às relações com os demais alunos da turma. Essa mudança de comportamento foi evidenciada pelo fato do aluno demonstrar confiança na execução das atividades, melhora no relacionamento com os demais colegas e motivação para realizar o proposto.

A aluna DI 6 realizou as atividades com facilidade, sendo esta motivada pelos colegas durante as aplicações e facilmente inserida nos grupos formados para executar as tarefas.

A turma como um todo apresentou mudanças comportamentais, mudanças nas formas relacionais e mudanças de atitude com relação ao professor e aos

comandos das atividades. Todos foram receptivos às atividades e realizaram da forma proposta, respeitando as diferenças e limitações de cada colega.

Sendo assim, diante do exposto, entende-se que as atividades cooperativas e colaborativas, bem como o trabalho de conscientização sobre inclusão foram eficazes para obter melhorias com essa turma nas aulas de Educação Física.

Turma C

Em decorrência do comportamento da turma e das dificuldades levantadas pelo professor em realizar as atividades propostas, pensou-se em atividades que estimulassem a cooperação dos alunos, o que foi notável durante a realização dessas atividades. Todos os alunos participaram, respeitaram as diferenças individuais dos colegas e conseguiram juntos desenvolver habilidades e estratégias para realizar com êxito os comandos delegados.

Nesta turma, um aluno TEA 2 o qual participou pela 4ª nas aulas de Educação Física desde o começo do ano, demonstrou interesse na atividade, realizando essa com os demais colegas conforme o proposto. Cabe ressaltar, que no início das observações, o aluno não apresentava afinidade com as aulas de Educação Física, e na maior parte das vezes ficava em outros locais da escola, realizando tarefas secundárias e que não possuíam relação alguma com a disciplina.

Sendo assim, notou-se que a turma mudou alguns traços comportamentais o que facilitou a inclusão do aluno TEA 2 nas aulas de Educação Física, bem como, entre os demais alunos, cujo comportamento desorganizado e em muitos casos impaciente, deram espaço para práticas inclusivas que favoreceram os relacionamentos interpessoais dos colegas.

Os comentários realizados pelo Professor Regular de Educação Física expressam que os resultados obtidos através dessa parceria foram proveitosos e trouxe ganhos significativos para os alunos e para sua percepção pessoal como professor.

5. DISCUSSÃO

A Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 que em seu Art. 28 parágrafo XV (BRASIL, 2015) dispõe sobre a igualdade de condições no sistema escolar, para o acesso da pessoa com deficiência a jogos, atividades de recreação, esporte e lazer. Diante disso, a escola exerce um papel fundamental no desenvolvimento de ações inclusivas que viabilizem o acesso educacional igualitário a todos os alunos, com e sem deficiência.

As observações dessa pesquisa foram concisas quanto à necessidade do aporte colaborativo entre professores e gestão escolar para que situações propulsoras de exclusão sejam minimizadas, visto que a escola tem o papel de promover aprendizagens e todo procedimento que tornar viável tal meta deve ser aplicado para o bem de todos e não o mais fácil ou bom apenas para o professor. Segundo Marin e Braun (2012) o Ensino Colaborativo é em especial uma forma para promoção de apoio à escolarização de todos os alunos.

Assim, após observar e conversar com o Professor Regular sobre os pontos levantados que poderiam ser motivos de exclusão, tais como a dificuldade relacional entre os alunos e a falta de motivação de alguns alunos para com as aulas e realização das atividades, atentou-se para que o Weinberg e Gould (2011) tratam sobre a teoria da motivação onde as pessoas "são motivadas a sentirem-se dignas ou competentes, e que, além disso, esses sentimentos são os principais determinantes de motivação", e assim foi possível elaborar atividades estratégicas que motivassem e promovessem laços afetivos entre os alunos.

Segundo Stainback e Stainback (1999) o “desenvolvimento de amizades requer oportunidades contínuas de interação social entre os alunos com e sem deficiência”, essas relações devem ser priorizadas nas aulas de Educação Física e tal é facilmente conquistada através de estratégias pedagógicas como o utilizado nesta pesquisa, o Ensino Colaborativo. Os autores tratam que “os alunos com deficiências devem desempenhar um papel que contribua para as interações sociais no contexto das atividades acadêmicas, físicas ou sociais.”

Ainda segundo os autores todo esse processo de experiência da amizade pode se estender a todos em uma escola, bairro ou comunidade, onde as pessoas procuram trabalhar juntas e “criar oportunidades de entendimento, de apoio e de aceitação dos outros como eles são e do que estão dispostos a dar e receber.”

O livro escrito por Stainback e Stainback (1999) trata de problemáticas que foram observadas nesta pesquisa como a inclusão de alunos com e sem deficiências em ambientes que estes possam compartilhar, pois assim como os autores apontam há uma “necessidade de relacionamentos significativos.”

O Ensino Colaborativo aponta diretamente para essa finalidade, pois através dele é possível construir interações sociais antes inexistentes. Esse fato pode ser observado na proposta de Lei sancionada no município de Santa Maria –RS (SANTA MARIA, 2015), onde preconiza-se universalizar ao público alvo da Educação Especial, o acesso à Educação básica por meio de práticas e estratégias colaborativas.

Santos (2013) afirma que alguns fatores que podem contribuir para o desinteresse das práticas nas aulas de Educação Física, que dentre os mencionados pela autora o que corrobora com o observado nesta pesquisa é a auto-exclusão de alunos por não se sentirem hábeis ou por sua deficiência. Esse fato foi observado nas turmas B e C onde os alunos no decorrer das atividades deixavam de participar por falta de motivação ou por não se sentirem hábeis como os demais.

As mudanças notadas na segunda aplicação das atividades por parte dos alunos como o ganho de motivação, a melhora nos relacionamentos entre eles e as concepções mais claras sobre inclusão determinaram o sucesso dessa estratégia pedagógica aplicada, de acordo com Santos (2013) estão relacionadas diretamente na motivação partida do professor, onde este é capaz de proporcionar atividades interessantes e prazerosas aos alunos, adotando assim formas diversificadas de trabalho.

Sendo assim, segundo Franchin e Barreto (2006) se entende que a ênfase não deve estar apenas nas atividades voltadas para o desenvolvimento motor, mas sim promover atividades que visem o desenvolvimento cognitivo, afetivo-social. De forma que incentive os alunos a percepção cultural, vivência de práticas esportivas e assegure à convivência social. O que está de acordo com os resultados encontrados nesta pesquisa.

A análise, o planejamento e a execução das atividades em conjunto do professor com a estagiária estiveram de acordo com o que Beyer e Fontes (2005)

conceituam como co-ensino ou bi-docência, pois não é apenas a colaboração entre o professor e o suporte das salas de recuso, mas sim a presença de outro professor em sala de aula, durante a realização das atividades.

6. CONCLUSÃO

Esta pesquisa apontou que a estratégica pedagógica utilizada, o Ensino Colaborativo, contribuiu para mudanças expressivas no decorrer das aulas de Educação Física. Tais, só foram possíveis devido ao Professor Regular proporcionar suas experiências e conhecimentos sendo aberto para novas atividades e metodologias diferentes das que já utilizara nas aulas.

Os problemas levantados como a falta de motivação dos alunos, as dificuldades relacionais entre eles e a dificuldade de comunicação do professor com a equipe gestora apontou para a importância da aplicação dessa estratégia nessa escola de Ensino Fundamental da rede Estadual de ensino, focando na relação com a equipe gestora. Aponta-se que os alunos com deficiências apresentaram avanços significativos no que diz respeito à participação nas aulas de Educação Física, assim como os demais alunos, demonstrando sua compreensão sobre a importância da colaboração e cooperação, ajudando assim na facilitação da inclusão de todos nas atividades.

Ressalva-se que as mudanças observadas no decorrer desta aplicação estão de acordo com as fontes bibliográficas pesquisadas, sendo assim, acentua-se a importância do tema e de sua efetividade como prática inclusiva na educação regular. A parceria colaborativa é uma proposta simples e de fácil aplicação. Cabe aos professores e gestores a construção de metodologias e parcerias, objetivando o mesmo fim: o acesso de todos à educação de qualidade e a inclusão efetiva na rede regular de ensino.

Os professores são os principais propulsores de motivação, devendo estes estar atentos às necessidades educacionais apresentadas por seu aluno, adequando o plano de aula e utilizando estratégias articuladas em consonância com os demais profissionais da Educação e gestão escolar. Assim, entende-se que esta pesquisa contribuiu para a aplicação dessa prática pedagógica em outras escolas, pois seus resultados apontam para ganhos significativos na Educação Inclusiva.

7. REFERÊNCIAS

ARNAIZ, Pilar. et al. **Trabajo colaborativo entre profesores y atención a la diversidad**. Comunidad Educativa, n. 262, p. 29-35, 1999. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/39137306_Trabajo_colaborativo_entre_profesores_y_atencion_a_la_diversidad. Acesso 10 de mai. 2019

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Lei nº 4.024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em 12 de abril de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso 12 de abril de 2019

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso 12 de abril de 2019

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso 12 de abril de 2019

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso 12 de abril de 2019.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192. Acesso 12 de abril de 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007. Disponível em http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso 12 de abril de 2019.

BETTI, Mauro. **Educação Física Escolar**. Ensino e pesquisa-ação. – 2.ed. – Ijuí: Editora Unijf. 2013.

BEYER, Hugo Otto. Pioneirismo da escola (modelo) Flämming na proposta de integração (inclusão) escolar na Alemanha: aspectos pedagógicos decorrentes. **Revista Educação Especial**. Universidade de Santa Maria/ Cascavel. n. 25, 2005, p. 9 - 24. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4900>. Acesso em 10 mai. 2019.

COOK, L.; FRIEND, M. **Co-teaching: Guidelines for creating effective practices.** Focus on Exceptional Children, v. 28, n. 3), p. 1-16, 1995. Disponível em: [http://plaza.ufl.edu/mrichner/Readings/Cook%20&%20Friend%20\(1995\).pdf](http://plaza.ufl.edu/mrichner/Readings/Cook%20&%20Friend%20(1995).pdf). Acesso em 9 de abril de 2019.

FRANCHIN, Fabiana; BARRETO, G. M. Selva. Motivação nas aulas de Educação Física: Um enfoque no Ensino Médio. In: I Seminário de Estudos em Educação Física Escolar/ **CEEFE/UFSCar** – 2006. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd192/a-falta-de-disciplina-nas-aulas-de-educacao-fisica.htm>. Acesso em 4 jun. 2019.

FEDERICO, Michael. A.; HERROLD, William. G. Jr.; VENN, Jhon. **Helpful tips for successful inclusion.** Teaching Exceptional Children, v. 32, n. 1, p. 76-82, 1999. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/004005999903200111?journalCode=tcxa>. Acesso em 9 abr. 2019.

FERREIRA, Bárbara Carvalho; MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. **Parceria colaborativa: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial.** Revista do Centro de Educação/Cadernos, UFSM, n. 29, Edição 2007, s.p. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2007/01/a1.htm>. Acesso em 13 abr. 2019.

IDOL, L. **Key questions related to building collaborative and inclusive schools.** Journal of Learning Disabilities, n. 30, 384-394, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002221949703000405>. Acesso em 10 abr. 2019.

JOHNSON, L. J.; PUGACH, M. C.: **Role of Collaborative in Teacher's Conceptions of Appropriate Practice for Students at Risk.** Journal of Educational and Psychological consultation, v. 7, n. 1, p. 9-24, 1996. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/58824617.pdf>. Acesso em 9 abr. 2019.

MARIN, Márcia; BRAUN, Patrícia. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise (org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: **EDUERJ**, 2013, p. 49-64. Acesso em 12 mai. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006. Disponível em http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoascomdeficiencia.pdf. Acesso em 10 abr. 2019.

SANTOS, Luana Messias. **Participação dos alunos nas aulas de Educação Física.** Universidade Católica de Brasília-DF. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/123456789/9176/1/LuanaMessiasdosSantosTCCGraduacao2013.pdf>. Acesso em 3 jun. 2019.

STAINBACK, Susan e STAINBACK, William. **Inclusão: Um guia para educadores.** Artmed, 1999. p. 187-199

WEINBERG, R.S.; GOULD, D. **Fundamentos da Psicologia do esporte e do exercício.** Tradução: Maria Cristina Monteiro. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/373651872/WEINBERG-R-GOULD->

[D-Fundamentos-Da-Psicologia-Do-Esporte-e-Do-Exercicio](#). Acesso em 3 de junho de 2019.